



Condsef assina carta a parlamentares com 25 questionamentos sobre a PEC 32

A Condsef/Fenadsef se juntou à Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) e mais de 70 entidades em uma carta aberta a deputados, senadores e autoridades do Poder Executivo que questiona 25 pontos da PEC 32/20, da reforma Administrativa. Os novos presidentes eleitos tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado já deram declarações favoráveis à aprovação dessa reforma que representa um verdadeiro desmonte dos serviços públicos brasileiros. A iniciativa prevê o envio e divulgação ampla da carta. Uma *live* nessa sexta-feira, 5, às 11 horas, irá repercutir os questionamentos e iniciativas de divulgação e pressão contra reforma Administrativa.

“É fundamental que a sociedade se junte a esse debate, pois a maioria da população que utiliza os serviços públicos será a maior prejudicada nesse processo”, destaca Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. Para a Confederação, assim como as reformas da Previdência e do Trabalho se mostraram verdadeiros engodos e apenas retiraram direitos da classe trabalhadora, o desmonte do setor público é um ataque direto aos direitos assegurados em nossa Constituição.

A carta questiona os embasamentos técnicos e legais que justificam omitir da sociedade e dos parlamentares o conhecimento do inteiro teor dos documentos que fundamentam a proposta da PEC 32. Por isso, o primeiro ponto da carta trata da ofensa ao princípio constitucional da publicidade. “A PEC 32 não pode tramitar no Congresso Nacional ou ser submetida a votação sem o completo conhecimento do projeto de ‘profunda transformação do Estado’.”

Os documentos que embasariam a PEC 32/20 foram colocados sob sigilo pelo governo, decisão que foi amplamente noticiada. As entidades ainda apontam que “a pasta de Paulo Guedes afirmou que os documentos não podem ser divulgados enquanto a proposta estiver sob análise no Congresso Nacional”, o que é totalmente inadmissível.

Matéria completa no site da Condsef

O SERVIÇO PÚBLICO ESTÁ SALVANDO O BRASIL



No Brasil, apenas 12% dos trabalhadores são servidores, enquanto a média da OCDE (grupo que reúne a maioria dos países mais ricos) é 18%. Se o Brasil fizesse parte da OCDE, estaria próximo das últimas posições em quantidades proporcionais. Além disso, desde 2018 há uma queda do número de servidores, causada por aposentadorias que não foram preenchidas pela ausência de concursos.

E mesmo com um quadro de funcionários incompleto, sem reajuste salarial há anos, o serviço público não deixou de entregar, até mesmo durante a pandemia. As ruas estão limpas, a segurança pública continua e os profissionais de saúde seguem trabalhando a todo vapor para salvar o maior número de vidas possível.

*Valorize o serviço público!
Via: @Condsef_fenadsef*